As provisões para contingências são constituídas levando-se em consideração a expectativa de perdas da Administração e de seus consultores jurídicos com respeito às ações em andamento, bem como nas autuações fiscais e previdenciárias sob defesa. Para todos os processos cuja expectativa de perda seja provável, a Companhia constitui provisão para contingência.

a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS A CADAM questiona judicialmente através de uma ação anulatória de débito fiscal e duas execuções fiscais, três autos de infração lavrados pela Receita Estadual do Pará por ICMS sobre as exportações de caulim efetuadas entre os anos calendário de 1993 e 1996. Em função de revisão dos valores devidos, efetuada pela Secretaria de Fazenda do Estado do Pará, o valor atualizado, em 31 de dezembro de 2007 é de aproximadamente R\$ 127.707 (R\$ 119.443 em 31 de dezembro de 2006). Os consultores jurídicos da CADAM, amparados por diversos laudos de especialistas, entendem ser boas as chances de êxito. Esclarecem ainda estes consultores que, no curso destas ações judiciais, a CADAM poderá vir a ter que prestar garantia judicial para assegurar o êxito de sua defesa. Tendo em vista esta perspectiva, não foi constituída provisão para contingências, sendo, porém, esta decisão revista periodicamente.

b) Depósitos judiciais

	2007	2006
Benefício fiscal de imposto de renda	10.528	10.396
Trabalhistas	1.758	69
Outros	-	131
	<u>12.286</u>	<u>10.596</u>

Benefício fiscal do imposto de renda

A CADAM, na busca pelo reconhecimento do seu direito, a partir de 2001, à fruição do benefício fiscal de redução escalonada do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, previsto no parágrafo segundo do artigo terceiro da Lei 9.532/97, promoveu o desembolso, a título de depósito judicial, em dezembro de 2004, em caráter de urgência, de R\$ 10.396, viabilizando, desta sorte, a obtenção de certidões negativas junto à Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional exigidas pela ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia. A Administração da Companhia, baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, que entendem que não haverá perda em relação a esse assunto, não constituiu provisão para contingência.

Do montante acima:

(i) R\$ 5.896 foram efetivamente pagos e versam acerca de pedidos formulados pela CADAM de compensação de créditos de IRPJ com débitos de CSLL indeferidos pela Secretaria da Receita Federal, em razão de glosa efetuada por esta última, em decorrência do suposto uso indevido do benefício de redução escalonada supracitado no exercício de 2001. A CADAM estará ajuizando Ação de Repetição de Indébito para reaver o montante pago.

(ii) R\$ 4.500 foram depositados judicialmente na Ação Cautelar Inominada Preparatória No. 2004.34.00.048118-0, apresentada pela CADAM em 13 de dezembro de 2004, e

se referem a débitos federais diversos. Em 18 de janeiro de 2005, a CADAM propôs a Ação Anulatória de Débito Fiscal nº 2005.34.00.0013897, em trâmite perante a 17ª Vara Federal do Distrito Federal, com o objetivo de anular a exigibilidade da cobrança dos valores depositados.

c) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro de controladas no exterior

Em março de 2003, a CADAM impetrou mandado de segurança tendo em vista a exigência do recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido no tocante aos lucros auferidos por controladas sediadas no exterior no período de 1º de janeiro de 1996 a 31 de dezembro de 2004, independentemente de sua efetiva distribuição. Tendo sido negada a liminar, foi interposto agravo de instrumento. O processo encontra-se no Tribunal Federal de Recursos. Foram efetuados até 31 de dezembro de 2007, depósitos judiciais no montante de R\$ 8.376 (R\$ 7.822 - 2006), (valores atualizados pela Taxa Selic) e registrada provisão no exigível a longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os referidos depósitos judiciais estão registrados como redutores das provisões para contingências, como segue:

	2007	2006
Provisões para contingências	8.376	7.822
Depósitos judiciais	(8.376)	(7.822)

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos mantidos em empresas controladas não tiveram seus valores de mercado estimados, uma vez que as ações/quotas dessas empresas não são negociadas em bolsas de valores, as quais fazem parte da extensão dos negócios da Companhia.

Por ser eminentemente exportadora, a CADAM conta, assim, com a proteção de hedge natural para sua exposição aos riscos cambiais, decorrentes da variação da taxa de câmbio do dólar norte-americano. Adicionalmente, a CADAM direciona uma parte de suas disponibilidades para aplicações financeiras com lastro em papéis indexados em dólar norte-americano. A administração do risco é efetuada por intermédio de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições.

O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia e suas controladas não possuem, em 31 de dezembro de 2007, instrumentos financeiros envolvendo derivativos.

14. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os

riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

15. ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE JANEIRO DE 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei no. 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações que poderão afetar a Companhia podem ser sumariadas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.
  - Criação da possibilidade da escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
  - Criação de dois novos subgrupos de contas: (i) intangível e (ii) Ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.
  - Obrigatoriedade da Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.
  - Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.
  - Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, riscos e controle dos bens.
- Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas e, algumas ainda dependerem de normatização dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

Ionice Luzia de Camargo Sousa – Contador – CRC – PA 009351/O-6

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Cadam S.A. Barcarena – PA. 1. Examinamos os balanços patrimoniais da Cadam S.A., levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras

tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cadam S.A. em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 14 de março de 2008

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 S/PA

Nelson F. Barreto Filho
Contador
CRC-1SP 151.079/O-0 S/PA

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CADAM S.A., tendo examinado o Relatório da Administração da Companhia, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Origens de Aplicações dos Recursos, das Mutações Patrimoniais e as respectivas Notas Explicativas, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e tomado como base o Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes emitido em 14 de março de 2008, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária. Em ato contínuo, o Conselho Fiscal, tendo examinado a proposta apresentada pela Administração para absorção do prejuízo do exercício, no valor de R\$ 34.502.248,81, pela conta de Lucros Acumulados, cujo saldo atual é de R\$ 27.895.923,58 e após absorção o Prejuízo Acumulado será de R\$ 6.606.325,23 na forma prevista pelo parágrafo único do art. 189 da Lei de Sociedade Por Ações, é da opinião que a referida proposta encontra-se em boa ordem estando, portanto, em condições de ser aprovada pela Assembléia Geral Ordinária. Rio de Janeiro, 24 de abril de 2008. Izabel Cristina Costa, Fábio Stewson de Souza, José Mauricio Cardoso Perez, Robson Moreira Barbosa, Cláudia Maria Carvalho.

GRACINDO DE SOUSA BARATA

JAIME ADAMI

JATOBÁ COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA

CNPJ: 07.805.577/0001-10 I.E nº 15.251.064-8, Torna publico que requereu à SEMA solicitação de Licença Operacional LO Com protocolo nº 2007/485602 para atividade de Beneficiamento de madeira serrada, Rod. Br 222 Km 1,2 Dom Eliseu Estado/PA.

JAIME ADAMI CPF (M/F) nº 108367642-34 TORNA PUBLICO QUE SOLICITOU DA SEMA AUTORIZA PARA PLANO DE SUPRESSAO DA AREA DE 41 Ha LOCALIDADE SITIO CARACURU MUNICIPIO OEIRAS DO PARA.

torna público que solicitou a SEMA a Renovação da LO nº 1244/05, Protocolada sob nº 2006/416877, para a atividade de Desdobro de Madeira em Redenção/Pa.